

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Registros: CDC nº2843/73 - CNAS 0220.816/74 - Filiada à Federação Nacional das APAEs - 125/73
De Utilidade Pública Municipal - Lei 1058/73 - Estadual 2420/80
Decreto de Utilidade Pública Federal nº 93.333 - 03/10/86
Rua Profª Ana Ramos de Carvalho nº 691 - Nova Jaboticabal - Jaboticabal/SP
Fones: (16) 3209-7777 e Cel. (16) 9.9735-6203
CNPJ: 45.337.185/0001-62
apaejal@terra.com.br /www.jaboticabal.apaebrasil.org.br

APAE
Jaboticabal - SP



PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

**SERVIÇO DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL
MODALIDADE DE RESIDÊNCIA INCLUSIVA**

PLANO DE TRABALHO

2019

01- DADOS CADASTRAIS

1.1- Da Organização/Entidade

Organização Proponente		
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Jaboticabal		
CNPJ		
45.337.185.0001-62		
Endereço		
Rua Professora Ana Ramos de carvalho, 691 – Bairro Nova Jaboticabal		
Cidade	U.F.	CEP
Jaboticabal	São Paulo	14.877-038
DDD Telefone (Fixo)		Celular
16 3209-7777 / 3209-7770 – 3209-7776 / 3209-7778		16 99791-6997
E-mail		
apaejal@terra.com.br		
Nome do Responsável pela Organização		CPF
Celso Aparecido Cassiano		833.672.688-87
Endereço Completo		Telefone
Praça Dr. Joaquim Batista, 177 – Centro – Jaboticabal/SP		(16) 3203-1715
Nome do Ordenador de Despesas		CPF
Tatiana Parreira Lemos Pellegrini		---
Endereço Completo		Telefone
Avenida General Glicério, 276 – Centro – Jaboticabal/SP		(16) 3202-8301

1.2- Do Serviço a ser Executado

Nome do Serviço
Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, na modalidade de Residência Inclusiva.
Nível de Proteção
Proteção Social Especial de Alta Complexidade





APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Registros: CDC nº2843/73 - CNAS 0220.816/74 - Filiada à Federação Nacional das APAEs - 125/73

De Utilidade Pública Municipal - Lei 1058/73 - Estadual 2420/80

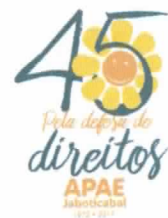
Decreto de Utilidade Pública Federal nº 93.333 - 03/10/86

Rua Profª Ana Ramos de Carvalho nº 691 - Nova Jaboticabal - Jaboticabal/SP

Fones: (16) 3209-7777 e Cel. (16) 9.9735-6203

CNPJ: 45.337.185/0001-62

apaejal@terra.com.br / www.jaboticabal.apaebrasil.org.br



Endereço Completo Acolhimento Institucional - Residência Inclusiva "Casa de Ester" – Rua 13 de Maio, 442 – Centro.	Telefone 16 3204-3335 apaejal@terra.com.br
Nº de Inscrição no CMAS Nº 07 de 20/12/2018	Resolução/CMAS que validou a inscrição -----
Nome do Diretor/Responsável: Eliete Travaini Lopes	Grau de Escolaridade e/ou Formação Profissional Superior com Especialização
(DDD) Telefone: 16 997066-6510	E-mail apaejaldirtec_eliete@hotmail.com

02- VALIDADE DO PLANO DE TRABALHO

Vigência	Inicial	Final
	01/01/2018	31/12/2018

03- IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O Objeto deste Plano é apresentar à Administração Pública Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, a proposta de execução do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento Institucional de modo tipificado, ofertando atendimento especializado a 10 pessoas com deficiência intelectual, de 18 a 59 anos de idade, objetivando ofertar de forma qualificada a proteção integral às mesmas, de modo a desenvolver capacidades adaptativas para a vida diária e comunitária, a promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência e a possibilitar o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva; mediante a formalização de parceria, através de Termo de Colaboração, conforme a norma legal instituída pela Lei 13.019/2014.

04- PÚBLICO ALVO

Pessoas com deficiência intelectual, de ambos os sexos, na faixa etária de 18 a 59 anos, em situação de dependência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados, sem condições de sustentabilidade, de retaguarda familiar ou que estejam em processo de desligamento de instituições de longa permanência.

05- JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jaboticabal é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos, com duração indeterminada, que há 47 anos dedica-se à missão de promover a pessoa com deficiência e sua família; ampliando e aprimorando seus serviços, à luz de normas vigentes, de conhecimentos e, principalmente das novas demandas de usuários. Alheia a qualquer forma de discriminação, tem sua Gestão Organizacional regida por princípios de respeito à diversidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência; prestando serviço na intersectorialidade das políticas públicas de Assistência Social, Educação e Saúde.

Também regida por Estatuto próprio possui finalidades que envolvem a captação de recursos, ações de prevenção e atendimentos do público alvo, o estabelecimento de parcerias com órgãos públicos e privados, o desenvolvimento de ações que promovam o fortalecimento de vínculos familiares, o fomento ao trabalho de Autodefensoria, o incentivo às pesquisas, a divulgação de informações concernentes ao público atendido, a promoção e articulação de serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, trabalho; visando a plena inclusão da pessoa com Deficiência Intelectual, Física, Múltipla e com Transtorno do Espectro Autista e sua família.

O trabalho intersectorial realizado por esta organização social está galgado na iniciativa público-privada e visa, sobretudo, atender as necessidades do contingente populacional tocado pela condição da deficiência explicitada acima e por suas implicações



na vida familiar e comunitária deste indivíduo e de sua família, no sentido de possibilitar-lhes o acesso a serviços de qualidade e às políticas públicas, na perspectiva da autonomia, emancipação, garantia de direitos e participação social.

É na perspectiva de assegurar uma política pública de garantia de direitos e inclusão social do público alvo, que esta organização atua, no campo da Assistência Social, na Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e Promoção de sua Inclusão à Vida Comunitária, afiançada pelos três entes governamentais e articulada a outras políticas, realizando a Proteção Social Especial - de Média e Alta Complexidade - por meio de ações socioassistenciais tipificadas e de caráter planejado, permanente, continuado e sem contraprestação alguma por parte de seus usuários; sendo esta prestação de serviço à comunidade, caracterizada cumulativamente por Atendimento, Assessoramento e Defesa de Direitos.

Particularmente, em relação à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, esta organização social desde 2012 executa o Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de Residência Inclusiva, segundo critérios de elegibilidade como ser destinadas a pessoas com deficiência intelectual, de ambos os sexos, na faixa etária de 18 a 59 anos, em situação de dependência, que foram afastadas do convívio familiar por meio de medida protetiva ou que estavam em processo de desinstitucionalização de abrigo de longa permanência ou cuja família/responsável encontra-se temporariamente impossibilitada de cumprir com sua função de cuidados e proteção; sendo essas singularidades que se configuravam como demanda a ser equacionada pelo Poder Executivo Municipal na época, e que foi ofertada à APAE de Jaboticabal que não se furtou ao desafio e implantou o Serviço de Acolhimento.

Conforme preconizado no SUAS - Sistema Único de Assistência Social e estabelecido pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, desde então, o Serviço de Acolhimento presta atendimento personalizado e qualificado aos residentes que apresentam deficiência intelectual de grau leve ou moderado, sem comorbidade, proporcionando-lhes cuidado e atenção às suas necessidades individuais e coletivas, tendo por finalidade favorecer a construção progressiva da autonomia, o desenvolvimento de capacidades adaptativas para a vida cotidiana e a inclusão social e

comunitária das residentes, além de se trabalhar com a possibilidade de reinserção das mesmas na família extensa.

Instalado na comunidade e de abrangência municipal, o Serviço oferta provisões segundo as dimensões de ambiente físico semelhante à moradia, de recursos materiais permanentes e de consumo necessários à execução do serviço, segundo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, conforto e privacidade, além de um quadro de recurso humano habilitado, conforme a NOB RH – SUAS, para atender à demanda dos usuários e ao trabalho social essencial a ser desenvolvido.

Entretanto, para se dar continuidade ao Serviço de Acolhimento Institucional, Objeto deste Plano, torna-se imprescindível o estabelecimento de parcerias com o poder público, nas esferas municipal, estadual e federal; quanto à aprovação do Plano de Trabalho e apoio financeiro; já que há interesse mútuo entre a Administração Pública e esta Organização Social, na consecução deste Objeto, para assim contribuir para o avanço e aprimoramento da política de Assistência Social e para a efetivação dos direitos sociais dos usuários.

06- OBJETIVO

6.1- Objetivo Geral

Ofertar, de forma qualificada, a proteção integral de jovens e adultos com deficiência intelectual, na faixa etária de 18 a 59 anos, de ambos os sexo, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente ou que estejam em processo de desligamento de instituições de longa permanência.

6.2- Objetivos Específicos

- Promover a convivência mista e a construção de vínculos entre os residentes de diversos graus de dependência;



- Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária;
- Desenvolver capacidades adaptativas para a vida diária e para a tomada de decisões, contribuindo para a construção progressiva de autonomia;
- Colaborar com a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;
- Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva;
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;
- Promover o acesso a programações culturais, lazer, esportes tanto em ambiente interno ou externo, relacionadas aos interesses, vivências, desejos e possibilidades dos residentes.

07- METODOLOGIA DO SERVIÇO

A APAE de Jaboticabal, enquanto entidade de Assistência Social, devidamente certificada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, presta Serviços Socioassistenciais voltados à Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e Promoção de sua Inclusão à Vida Comunitária, conforme a Resolução CNAS nº 34/2011, caracterizando-se especificamente por realizar a Proteção Social.

Como organização social que compõe a Rede de Serviços Socioassistenciais do município neste Plano vem ofertar o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na Modalidade de Residência Inclusiva direcionado às pessoas com deficiência intelectual, com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, como isolamento social, atitudes discriminatórias e preconceituosas, falta de cuidados adequados, entre outras situações que aumentam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia; s familiares e/ou cuidadores.



Segundo as especificações da Resolução nº 109, de 11/11/2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, este Serviço de Acolhimento Institucional visa garantir a proteção integral aos indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, sendo sua organização embasada pela privacidade, respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

Assim, este Plano se propõe à continuidade da prestação do atendimento na Modalidade de Residência Inclusiva, de modo personalizado e em grupo de até 10 (dez) pessoas com deficiência, seguindo critérios de elegibilidade ao Serviço, estando o mesmo inserido na comunidade e apresentando características residenciais, a título de favorecer o convívio comunitário e familiar, ou o desenvolvimento de relações próximas às do ambiente familiar; privando por oferecer condições dignas de moradia para que seus usuários tenham sua identidade, integridade e histórias de vida preservadas, uma vez que a permanência dos mesmos é por tempo indeterminado.

Para se atingir os objetivos de desenvolver capacidades adaptativas para a vida cotidiana, construir autonomias e de inclusão social, este serviço conta com um aparato de provisões desde o ambiente físico acolhedor não identificado como institucional, servindo como endereço de referência aos residentes, que também oferta condições de repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupas, banho e higiene pessoal, vestuário, com acessibilidade necessária aos mesmos; até de recursos humanos em quantidade e qualificação necessária ao desenvolvimento das ações socioassistenciais para o atendimento à demanda; e de recursos materiais condizentes à permanência desses residentes e às atividades essenciais desenvolvidas pelo Serviço de Acolhimento.

Seguindo as condições explicitadas, a forma de acesso a este Acolhimento Institucional ocorre por requisição do Serviço, pelas políticas públicas setoriais, CREAS, demais serviços socioassistenciais, comunidade, Ministério Público ou Poder Judiciário, sem que se exceda o número total de vagas.

As regras de gestão e de convivência foram construídas de modo participativo e coletivo, a fim de assegurar o desenvolvimento de habilidades de autogestão,



autossustentação e independência dos beneficiários, segundo seus perfis e direitos de opinião e decisão.

O ambiente físico oferece espaço amplo, arejado, organizado para a interação entre os 10 residentes e personalizado, pois a permanência dos mesmos acontecerá por tempo indeterminado, devido à fragilidade da situação em que se encontram. Além de oferecer condições de repouso, espaço de estar e convívio, equipamentos condizentes à guarda de vestuário e pertences particulares e de uso comum, lavagem e secagem de roupas, banho e higiene pessoal.

Dentre os recursos materiais necessários destacam-se os materiais permanentes condizentes a veículo utilitário, mobiliário de uma residência, eletrodomésticos, eletrônicos, eletro portáteis, de informática, utensílios para cozinha e jogos interativos. Já quanto aos materiais de consumo destacam-se os alimentos em padrões nutricionais adequados e adaptados às necessidades específicas, roupas de cama/mesa e de banho, vestuário, medicamentos, serviços (água, luz, telefone), gás, materiais didáticos, culturais, esportivos, de lazer (cinema, restaurante, transporte para viagens ou locações, ingressos ou passaportes e hospedagens), combustíveis e lubrificantes, pequenos reparos, pintura do local, serviços de terceiros.

Com relação aos recursos humanos necessários à execução do Acolhimento Institucional, este Serviço possui profissionais com formação superior e de nível médio, contratados pela organização social; com quantitativo suficiente às funções a serem executadas e à carga horária indispensável à oferta de apoio constante para atender de modo qualificado a diversidade e a complexidade das demandas, uma vez que o Serviço acontece em regime integral, e, portanto, de modo ininterrupto (24h); contando, preferencialmente com uma equipe de referência composta por Psicóloga e Assistente Social, entre outros Cuidadores, de acordo com a NOB-RH/SUAS.

Com o intuito de se alcançar o objetivo maior deste Plano, de promover a autonomia e garantir direitos constitucionais e socioassistenciais aos usuários, esta organização se propõe a executar o trabalho social essencial ao Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade, na modalidade de Residência Inclusiva realizando:

- Acolher com segurança;



- Escuta;
- Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social;
- Estudo Social (incluído o Diagnóstico Socioeconômico);
- Visita domiciliar;
- Construção de plano individual e/ou familiar de atendimento;
- Elaboração de relatórios e/ou prontuários (incluído Protocolos, quando necessários);
- Orientação sociofamiliar;
- Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados;
- Orientação e encaminhamento para a rede de serviços locais com resolutividade;
- Informação, comunicação e defesa de direitos;
- Orientação para acesso à documentação pessoal;
- Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana;
- Apoio à família na sua função protetiva;
- Inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o trabalho;
- Identificação e mobilização de família extensa ou ampliada;
- Desenvolvimento da autonomia pessoal;
- Mobilização para exercício da cidadania;
- Articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- Articulação da rede de serviços socioassistenciais;
- Articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos;
- Monitoramento e avaliação do serviço.

-Ao este trabalho essencial, tipificado, acima relacionado, serão acrescidos:

- Ações voltadas ao Desabrigoamento,
- Assessoria jurídica às residentes e famílias,
- Anotações em Livro Ata referente aos dados relevantes da vida diária das residentes,
- Atividades comunitárias.

Esta organização social ainda se compromete a replanejar as ações com foco socioassistencial de modo a contemplar as demandas dos usuários que se transformam durante o ano, em conjunto com a equipe técnica levando em conta a legislação vigente; promover articulações e parcerias com as redes sociais do território; responsabilizar-se



pela gestão administrativa, quanto aos instrumentais de controles técnicos e financeiros; supervisionar a distribuição dos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades do serviço; emitir relatórios quando solicitado e apresentar mensalmente os comprovantes fiscais de prestação de contas, resultantes da execução do Serviço.

Desse modo, a APAE integra e se articula com a Rede de Serviços Socioassistenciais e de políticas públicas setoriais, preservando o regime de coparticipação e o cofinanciamento existente entre os parceiros diretamente envolvidos nesta prestação de serviço especializado, que visa garantir o direito à proteção integral de pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade pessoal e social, e contribuir para a efetivação da política de Assistência Social no município.

08- CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

8.1- Recursos Humanos Envolvidos na Execução deste Plano

a) Custeio com Recurso Federal

Ocupação Profissional	Qtd.	Grau de Escolaridade	Carga Horária Semanal	Forma de Contratação
Equipe de Ensino Superior				
----	----	----	----	----
Equipe de Ensino Médio				
Cuidadores	04	Completo	35h (cada uma)	CLT
Analista de Folha de Pagamento	01	Completo	40h – Por 06 meses	CLT
Equipe de Ensino Fundamental				
Cuidadora	01	Completo	35h	CLT

B) Custeio com Recurso Estadual

Ocupação Profissional	Qtd.	Grau de Escolaridade	Carga Horária Semanal	Forma de Contratação
-----------------------	------	----------------------	-----------------------	----------------------

Equipe de Ensino Superior				
Coordenadora	01	Completo	40h – De Janeiro à Dezembro/2019	CLT
Assistente Social	01	Completo	30h – De Janeiro à Abril/2019	CLT
Equipe de Ensino Médio				
-----	-----	-----	-----	-----
Equipe de Ensino Fundamental				
-----	-----	-----	-----	-----

C) Custeio com Recurso Municipal

Ocupação Profissional	Qtd.	Grau de Escolaridade	Carga Horária Semanal	Forma de Contratação
Equipe de Ensino Superior				
Assistente Social	01	Completo	30h – De Maio à Dezembro/2019	CLT
Equipe de Ensino Médio				
Cozinheira	01	Completo	40h – De Janeiro à Dezembro/2019	CLT
Cuidadores	02	Completo	35h (cada um) – De Janeiro à Dezembro/2019	CLT
Auxiliar de Escritório	01	Completo	40h – De Janeiro à Junho/2019	CLT
Equipe de Ensino Fundamental				
-----	-----	-----	-----	-----

8.2 – Demais Despesas Envolvidas na Execução deste Plano - Custeio com Recurso Financeiro Municipal

A) Material de Consumo

Especificação
Alimentação
Material de Limpeza, Higiene e Descartável



Material Oficineiro/Expediente
Gás
Utensílios
Material de Manutenção
Roupa de Cama, Mesa e Banho
Combustível e Lubrificante

B) Serviço de Terceiros

Especificação
Energia Elétrica/Água/Telefone
Serviços de Manutenção

**8.3 – Despesa com Bem Imóvel – Contrapartida da Prefeitura Municipal de Jaboticabal
 (Especificação de Despesa não Liquidada pelos Recursos Repassados neste Plano)**

Especificação
Locação de Imóvel

8.2- Estrutura Física

O Serviço de Proteção Social Especial de Acolhimento Institucional, na modalidade de Residência Inclusiva, já é executado em espaço físico localizado em área central da cidade, possibilitando acesso facilitado dos usuários aos meios de transporte e aos equipamentos urbanos comuns, sendo o mesmo locado pela Prefeitura Municipal de Jaboticabal, a título de Contrapartida do Poder Público.



Ambiente Físico	Quantidade	Capacidade de Atendimento	Equipamentos Disponíveis
Sala de Estar	01	10 pessoas	01 Televisão 01 Xbox 01 Aparelho de Som 01 DVD 01 Jogo de Sofá 01 Sofá de Canto 02 Ventiladores de Teto 01 Rack 03 Puffs 01 Mesa
Sala de Jantar	01	10 pessoas	01 Armário Embutido 02 Mesas 10 Cadeiras 01 Televisão
Cozinha	01	10 pessoas	01 Geladeira 01 Mesa 01 Fogão 01 Depurador de Ar 01 Pia com Armário 01 Armário Embutido 01 Fruteira 01 Microondas
Despensa de Alimentos	01	02 pessoas	01 Freezer 01 Geladeira 03 Prateleiras
Quarto com capacidade para 04 leitos	01	04 pessoas	04 Camas de Solteiro 02 Criados Mudo 01 Ventilador de Teto
Quarto com capacidade para 03 leitos	01	03 pessoas	03 Camas de Solteiro 01 Armário Embutido 01 Ventilador de Teto
Quarto com capacidade para 03 leitos	01	03 pessoas	03 Camas de Solteiro 01 Armário Embutido 02 Guarda-roupas 01 Cômoda 01 Baú 01 Criado Mudo 01 Ventilador de Teto
Closet	01	04 pessoas	02 Armários Embutidos
Banheiros	02	02 pessoas	01 Chuveiro 01 Vaso Sanitário Adaptado 02 Barras de Apoio



			01 Bidê 01 Pia com Gabinete 01 Espelho
Banheiro Social	01	02 pessoas	01 Chuveiro 01 Vaso Sanitário 01 Bidê 01 Pia de Coluna 01 Armário com Espelho
Área de Serviço (Lavanderia)	01	10 pessoas	01 Máquina de Lavar Roupa 01 Tanquinho 01 Mesa 01 Pia com Armário 01 Armário Embutido 01 Roupeiro 01 Mesa de Passar Roupa 01 Ferro de Passar Roupa
Varanda	01	10 pessoas	01 Sofá
Quintal	01	20 pessoas	01 Churrasqueira 06 Varal 01 Mangueira 01 Área delimitada e protegida para gás 01 Armário Embutido
Sala de Coordenação	01		01 Poltrona 01 Armário 01 Rack 02 Computadores 01 Impressora 01 Mesa

09- PLANO DE APLICAÇÃO

Consultar Anexo.

10- METAS DE ATENDIMENTO

Nº	Metas	Formas de Aferição	Prazo/Medição
1	Desenvolver capacidades adaptativas para a vida diária e para a tomada de decisões	1.1- Investigação sobre a capacidade do usuário em desempenhar com autonomia as	Trimestral



	dos usuários.	<p>atividades de autocuidados.</p> <p>1.2- Investigação sobre a capacidade do usuário em desempenhar com autonomia as funções de comunicação.</p> <p>1.3- Investigação sobre a capacidade do usuário em desempenhar com autonomia as atividades relacionadas ao uso e controle dos ambientes/dependências da moradia.</p>	
2	Fortalecer vínculos familiares, comunitários e interpessoais dos usuários do Serviço.	<p>2.1- Registros da Escuta Qualificada quanto às expressões pessoais que indicam ruptura de vínculos entre outros estados emocionais que levam ao isolamento social.</p> <p>2.2- Nº de inserções dos usuários em atividades/eventos sociais, religiosos, artísticos, culturais e esportivos na comunidade.</p> <p>2.3- Nº de usuários inseridos no mercado de trabalho.</p> <p>2.4- Nº de residentes matriculadas e frequentando escolas comuns ou especiais.</p> <p>2.5- Nº de participações dos usuários em atividades coletivas do próprio serviço.</p> <p>2.6- Nº de visitas efetuadas pelos residentes às famílias extensas ou amigos.</p> <p>2.7- Nº de visitas (ainda que assistidas) de familiares ou amigos aos residentes.</p> <p>2.8- Nº de encontros promovidos pelo Serviço para fortalecer vínculos entre os usuários e familiares/amigos.</p> <p>2.9- Nº de intervenções necessárias para a resolução de conflitos envolvendo os usuários.</p> <p>2.10- Nº de intervenções necessárias para a resolução de conflitos envolvendo usuários e</p>	<p>Registro diário em Livro/Ata, mensal em Relatório Circunstanciado e medição anual (Dezembro de 2019) através da Pesquisa de Satisfação do Usuário.</p>



		familiares. 2.11- Nº de desabrigoamento ocorrido no ano.	
3	Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais dos usuários.	3.1- Nº de encaminhamentos para a Rede de Serviços Socioassistenciais. 3.2- Nº de usuários encaminhados para cursos semi ou profissionalizantes. 3.3- Nº de usuários inseridos no mercado de trabalho. 3.4- Nº de usuários frequentando escolas. 3.5- Nº de usuários encaminhados para serviços de Saúde. 3.6- Nº de usuários encaminhados ao Sistema de Garantia de Direitos.	Mensal – através de Planilha de Ocorrências e de Relatório Circunstanciado.

11- EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Meta 1 - Desenvolver capacidades adaptativas para a vida diária e para a tomada de decisões dos usuários.		
Atividades	Periodicidade	Resultado Esperado
1.1- Entrevistas visando a livre expressão dos usuários, conhecer e acolher suas demandas.	Diário	Acolhimento às demandas de modo digno. Desenvolvimento da autonomia pessoal, familiar e social. Ampliação do repertório informacional dos usuários.
1.2- Organização/planejamento e execução de oficinas socioeducativas, referentes à vida diária e prática (autocuidados, alimentação, artesanato, comunicação e de utilização de utensílios e equipamentos dos ambientes domésticos).	Mensal	
1.3- Organização/planejamento das atividades de caráter socioeducativo na comunidade, relativos à interação e comunicação interpessoal.	Mensal	
1.4- Orientações quanto aos assuntos de interesse e relacionados à questão de direitos.	Mensal	




Meta 2 - Fortalecer os vínculos familiares, comunitários e interpessoais dos usuários do Serviço.

Atividades	Periodicidade	Resultado Esperado
2.1- Com os usuários, individualmente ou em grupo, através de rodas de conversa, dinâmicas, bate-papos e oficinas.	Mensal	Desenvolvimento de habilidades de comunicação assertiva, empatia, solução de conflitos e fortalecimentos de vínculos.
2.2- Orientações e apoio aos familiares, individual, grupal ou a domicílio; com relação ao desenvolvimento dos usuários e à redução de situações adversas que se configuram em vulnerabilidade.	Mensal	Fortalecimento de vínculos Preparação para o convívio familiar Resgate de sentimentos de respeito e bem-querer.

Meta 3 - Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais para os usuários.

Atividades	Periodicidade	Resultado Esperado
3.1- Encaminhamentos dos usuários e familiares aos serviços da rede socioassistencial.	A qualquer tempo	Garantia do acesso, da resolutividade e da humanização dos serviços. Garantia de direitos e integralidade na proteção social ofertada aos usuários.
3.2- Encaminhamentos dos usuários e familiares aos serviços de políticas públicas afins.		
3.3- Encaminhamentos dos usuários e familiares ao Sistema de Garantia de Direitos.		

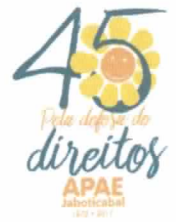
Jaboticabal, 05 de novembro de 2018.



Celso Aparecido Cassiano
Presidente



APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Registros: CDC nº2843/73 - CNAS 0220.816/74 - Filiada à Federação Nacional das APAEs - 125/73
De Utilidade Pública Municipal - Lei 1058/73 - Estadual 2420/80
Decreto de Utilidade Pública Federal nº 93.333 - 03/10/86
Rua Profª Ana Ramos de Carvalho nº 691 - Nova Jaboticabal - Jaboticabal/SP
Fones: (16) 3209-7777 e Cel. (16) 9.9735-6203
CNPJ: 45.337.185/0001-62
apae.jal@terra.com.br /www.jaboticabal.apaebrasil.org.br



SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL MODALIDADE RESIDÊNCIA INCLUSIVA

ANEXO PLANO DE APLICAÇÃO

- RECURSO FEDERAL
- RECURSO ESTADUAL
- RECURSO MUNICIPAL

2019



APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
 Registros: CDC nº2643/73 – CNAS 0220.816/74 - Filial à Federação Nacional das APAEs – 125/73
 De Utilidade Pública, Municipal – Lei 1058/73 – Estadual 2420/80
 Decreto de Utilidade Pública Federal nº 93.333 – 03/10/86
 Rua Professora Ana Ramos de Carvalho, nº 691 – Nova Jaboticabal – Jaboticabal/SP
 Fones: (0xx)16-3209-7777 e Cel. (0xx) 16-9706-7882
 CNPJ:45.337.185/0001-62
 E-mail: apaejaj@terra.com.br / Site: www.jaboticabal.apaebrasil.org.br



ANEXO IV- PLANO DE APLICAÇÃO DO RECURSO FEDERAL
 Previsão das Despesas para a Execução do Serviço - Pessoal e Encargos

TABELA 1 - SEM DISSÍDIO

ATIVIDADE	CARGO/FUNÇÃO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MENSAL	QTD	VALORES DE SALÁRIOS E ENCARGOS MENSUAIS						VALOR DE SALÁRIO E ENCARGOS DO SERVIÇO NO PERÍODO DE JANEIRO A FEVEREIRO					
						SALÁRIO MENSAL	FGTS/ MENSAL	INSS MENSAL	PATR. MENSAL	PIS/ MENSAL	CUSTO TOTAL (SALÁRIO + ENCARGOS)	Qtd de meses	Salário total do Serviço	FGTS TOTAL	INSS PATR. TOTAL	PIS TOTAL	CUSTO PERÍODO TOTAL
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	CLT	175	R\$ 1.245,00	1	R\$ 1.245,00	R\$ 99,60	R\$ -	R\$ 12,45	R\$ 1.357,05	2	R\$ 2.490,00	R\$ 199,20	R\$ -	R\$ 24,90	R\$ 2.714,10	
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	CLT	175	R\$ 1.245,00	1	R\$ 1.245,00	R\$ 99,60	R\$ -	R\$ 12,45	R\$ 1.357,05	2	R\$ 2.490,00	R\$ 199,20	R\$ -	R\$ 24,90	R\$ 2.714,10	
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	CLT	175	R\$ 1.245,00	1	R\$ 1.245,00	R\$ 99,60	R\$ -	R\$ 12,45	R\$ 1.357,05	2	R\$ 2.490,00	R\$ 199,20	R\$ -	R\$ 24,90	R\$ 2.714,10	
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	CLT	175	R\$ 1.245,00	1	R\$ 1.245,00	R\$ 99,60	R\$ -	R\$ 12,45	R\$ 1.357,05	2	R\$ 2.490,00	R\$ 199,20	R\$ -	R\$ 24,90	R\$ 2.714,10	
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	CLT	175	R\$ 1.245,00	1	R\$ 1.245,00	R\$ 99,60	R\$ -	R\$ 12,45	R\$ 1.357,05	2	R\$ 2.490,00	R\$ 199,20	R\$ -	R\$ 24,90	R\$ 2.714,10	
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	ANUÍSTA FOLHA PAGT	CLT	200	R\$ 2.348,42	1	R\$ 2.348,42	R\$ 187,87	R\$ -	R\$ 23,48	R\$ 2.559,78	2	R\$ 4.696,84	R\$ 375,75	R\$ -	R\$ 46,97	R\$ 5.119,56	
				TOTAL	6	R\$ 8.579,42	R\$ 685,87	R\$ -	R\$ 85,73	R\$ 9.345,03	12	R\$ 17.146,84	R\$ 1.371,75	R\$ -	R\$ 171,47	R\$ 18.690,06	

TABELA 2 - COM DISSÍDIO

VALORES DE SALÁRIOS E ENCARGOS MENSIS COM DISSÍDIO DE MARÇO A DEZEMBRO										VALOR DE SALÁRIO E ENCARGOS DO SERVIÇO NO PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO COM PREVISÃO DE DISSÍDIO DE 2%						
ATIVIDADE	CARGO/FUNÇÃO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MENSAL	QTD	SALÁRIO TOTAL MENSAL	FGTS/ MENSAL	INSS PATR. MENSAL	PIS/ MENSAL	CUSTO TOTAL MENSAL (SALÁRIO + ENCARGOS)	Qtd de meses	Salário total do Serviço	FGTS TOTAL	INSS PATR. TOTAL	PIS TOTAL	CUSTO PERÍODO TOTAL
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	CLT	175	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 101,60	R\$ -	R\$ 12,70	R\$ 1.384,30	10	R\$ 12.700,00	R\$ 1.016,00	R\$ -	R\$ 127,00	R\$ 13.843,00
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	CLT	175	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 101,60	R\$ -	R\$ 12,70	R\$ 1.384,30	10	R\$ 12.700,00	R\$ 1.016,00	R\$ -	R\$ 127,00	R\$ 13.843,00
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	CLT	175	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 101,60	R\$ -	R\$ 12,70	R\$ 1.384,30	10	R\$ 12.700,00	R\$ 1.016,00	R\$ -	R\$ 127,00	R\$ 13.843,00
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	CLT	175	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 101,60	R\$ -	R\$ 12,70	R\$ 1.384,30	10	R\$ 12.700,00	R\$ 1.016,00	R\$ -	R\$ 127,00	R\$ 13.843,00
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	CLT	175	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 101,60	R\$ -	R\$ 12,70	R\$ 1.384,30	10	R\$ 12.700,00	R\$ 1.016,00	R\$ -	R\$ 127,00	R\$ 13.843,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	ANALISTA FOLHA PAST	CLT	200	R\$ 2.395,39	1	R\$ 2.395,39	R\$ 191,63	R\$ -	R\$ 23,95	R\$ 2.610,98	2	R\$ 4.790,78	R\$ 383,26	R\$ -	R\$ 47,91	R\$ 5.221,95
				TOTAL	6	R\$ 8.745,39	R\$ 699,63	R\$ -	R\$ 87,45	R\$ 9.532,48	52	R\$ 68.290,78	R\$ 5.463,26	R\$ -	R\$ 682,91	R\$ 74.436,95

TABELA 3 - PROVISÃO DE FÉRIAS/ 13º SALÁRIO / OUTROS

PROVISÕES (13º Salário / Férias / Outros)											
ATIVIDADE	CARGO/FUNÇÃO	SALÁRIO MENSAL	QTD	SALÁRIO TOTAL MENSAL	HORAS EXTRAS	PROVISÃO 13º SALÁRIO	PROVISÃO 1/3 DE FÉRIAS	FGTS SOBRE AS PROVISÕES	INSS SOBRE AS PROVISÕES	PIS MENSAL	CUSTO TOTAL
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 332,00	R\$ 1.602,00	R\$ 534,00	R\$ 489,60	R\$ -	R\$ 61,20	R\$ 6.670,80
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 313,00	R\$ 1.583,00	R\$ 527,67	R\$ 469,33	R\$ -	R\$ 58,67	R\$ 6.394,67
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 271,00	R\$ 1.541,00	R\$ 513,67	R\$ 424,53	R\$ -	R\$ 53,07	R\$ 5.784,27
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 268,00	R\$ 1.538,00	R\$ 512,67	R\$ 421,33	R\$ -	R\$ 52,67	R\$ 5.740,67
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CUIDADORA	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 360,00	R\$ 1.580,00	R\$ 526,67	R\$ 197,33	R\$ -	R\$ 24,67	R\$ 6.648,67
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	ANALISTA FOLHA PÁGT	R\$ 2.395,39	1	R\$ 2.395,39	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,00
				TOTAL	R\$ 1.544,00	R\$ 7.844,00	R\$ 2.614,67	R\$ 2.002,12	R\$ -	R\$ 250,28	R\$ 31.239,07

TOTAIS	R\$ 124.366,07
VALOR DA PARCERIA	R\$ 120.000,00
RECURSO PRÓPRIO	-R\$ 4.366,07

Observação: Considerando situações adversas que poderão ocorrer durante a execução do Serviço de Acolhimento Institucional, a Entidade se responsabiliza em informar e solicitar autorização dos órgãos competentes, para toda e qualquer alteração referente ao Plano de Ação e de Aplicação em questão, o que pode ser exemplificado pela definição do Reajuste Salarial (Dissídio), entre outras ocorrências.

Jaboticabal, 05 de novembro de 2018



Celso Aparecido Casstiano
Presidente



APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Registros: CDC nº2843/73 – CNAS 0220.816/74 - Filiação à Federação Nacional das APAEs – 125/73
De Utilidade Pública. Municipal – Lei 1058/73 – Estadual 2420/80
Decreto. de Utilidade Pública Federal nº 93.333 – 03/10/86
Rua Professora Ana Ramos de Carvalho nº 691 – Nova Jaboticabal – Jaboticabal/SP
Fones: (0xx)16-3209-7777 e Cel. (0xx) 16-9706-7882
CNPJ:45.337.185/0001-62
E-mail: apaejal@terra.com.br / Site: www.jaboticabal.apaebrasil.org.br



ANEXO IV- PLANO DE APLICAÇÃO DO RECURSO ESTADUAL
Previsão das Despesas para a Execução do Serviço - Pessoal e Encargos

TABELA 1 - SEM DISSÍDIO

ATIVIDADE	CARGO/ FUNÇÃO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MENSAL	QTD	VALORES DE SALÁRIOS E ENCARGOS MENSIAIS						VALOR DE SALÁRIO E ENCARGOS DO SERVIÇO NO PERÍODO DE JANEIRO A FEVEREIRO					
						SALÁRIO TOTAL MENSAL	FGTS/ MENSAL	INSS PATR. MENSAL	PIS/ MENSAL	CUSTO TOTAL MENSAL (SALÁRIO + ENCARGOS)	Qtd de meses	Salário total do Serviço	FGTS TOTAL	INSS PATR. TOTAL	PIS TOTAL	CUSTO PERÍODO TOTAL	
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.	ASSISTENTE SOCIAL	CLT	150	R\$ 1.640,21	1	R\$ 1.640,21	R\$ 131,22	R\$ -	R\$ 16,40	R\$ 1.787,83	2	R\$ 3.280,42	R\$ 262,43	R\$ -	R\$ 32,80	R\$ 3.575,66	
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.	COORDENADORA	CLT	200	R\$ 3.672,02	1	R\$ 3.672,02	R\$ 293,76	R\$ -	R\$ 36,72	R\$ 4.002,50	2	R\$ 7.344,04	R\$ 587,52	R\$ -	R\$ 73,44	R\$ 8.005,00	
TOTAL				R\$ 5.312,23	2	R\$ 5.312,23	R\$ 424,98	R\$ -	R\$ 53,12	R\$ 5.790,33	4	R\$ 10.624,46	R\$ 849,96	R\$ -	R\$ 106,24	R\$ 11.580,66	

TABELA 2 - COM DISSÍDIO

ATIVIDADE	CARGO/ FUNÇÃO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALORES DE SALÁRIOS E ENCARGOS MENSALS							VALOR DE SALÁRIO E ENCARGOS DO SERVIÇO NO PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO COM PREVISÃO DE DISSÍDIO DE 2%					
				SALÁRIO MENSAL	QTD	SALÁRIO TOTAL MENSAL	FGTS/ MENSAL	INSS PATR. MENSAL	PIS/ MENSAL	CUSTO TOTAL MENSAL (SALÁRIO + ENCARGOS)	Qtd de meses	Salário total do Serviço	FGTS TOTAL	INSS PATR. TOTAL	PIS TOTAL	CUSTO PERÍODO TOTAL
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	ASSISTENTE SOCIAL	CLT	150	R\$ 1.673,01	1	R\$ 1.673,01	R\$ 133,84	R\$ -	R\$ 16,73	R\$ 1.823,58	2	R\$ 3.346,02	R\$ 267,68	R\$ -	R\$ 33,46	R\$ 3.647,16
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	COORDENADORA	CLT	200	R\$ 3.745,46	1	R\$ 3.745,46	R\$ 299,64	R\$ -	R\$ 37,45	R\$ 4.082,55	10	R\$ 37.454,60	R\$ 2.996,37	R\$ -	R\$ 374,55	R\$ 40.825,51
TOTAL				2	2	R\$ 5.418,47	R\$ 433,48	R\$ -	R\$ 54,18	R\$ 5.906,13	12	R\$ 40.800,62	R\$ 3.264,05	R\$ -	R\$ 408,01	R\$ 44.472,68

TABELA 3 - PROVISÃO DE FÉRIAS/ 13º SALÁRIO / OUTROS

ATIVIDADE	CARGO/FUNÇÃO	SALÁRIO MENSAL	QTD	SALÁRIO TOTAL MENSAL	PROVISÕES (13º Salário /Férias /Outros)COM PREVISÃO DE DISSÍDIO						CUSTO TOTAL
					PROVISÃO 13º SALÁRIO	PROVISÃO 1/3 DE FÉRIAS	FGTS SOBRE AS PROVISÕES	INSS SOBRE AS PROVISÕES	PIS MENSAL		
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	ASSISTENTE SOCIAL	R\$ 1.673,01	1	R\$ 1.673,01	,00	,00	,00	R\$ 0,00	,00	,00	,00
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	COORDENADORA	R\$ 3.745,46	1	R\$ 3.745,46	3.745,46	1.248,49	399,52	R\$ 0,00	49,94	49,94	5.443,40
TOTAL				3.745,46	1.248,49	399,52	R\$ 0,00	49,94	49,94	5.443,40	

TOTAIS	R\$ 61.496,74
VALOR DA PARCERIA	R\$ 60.000,00
RECURSO PRÓPRIO	-R\$ 1.496,74

Observação: Considerando situações adversas que poderão ocorrer durante a execução do Serviço de Acolhimento Institucional, a Entidade se responsabiliza em informar e solicitar autorização dos órgãos competentes, para toda e qualquer alteração referente ao Plano de Ação e de Aplicação em questão, o que pode ser exemplificado pela definição do Reajuste Salarial (Dissídio), entre outras ocorrências.

Jaboticabal, 05 de novembro de 2018



Celso Aparecido Cassiano
Presidente

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Registros: CDC nº 2843/73 – CNAS 02.20.816/74 – Filial à Federação Nacional das APAEs – 125/73

De Utilidade Pública, Municipal – Lei 1058/73 – Estadual 2420/80

Decreto. de Utilidade Pública Federal nº 93.333 – 03/10/86

Rua Professora: Ana Ramos de Carvalho nº 691 – Nova Jaboticabal – Jaboticabal/SP

Fones: (0xx)16-3209-7777 e Cel. (0xx) 16-9706-7882

CNPJ: 45.337.185/0001-62

E-mail: apaecj@terra.com.br / Site: www.jaboticabal.apaebrasil.org.br



ANEXO IV- PLANO DE APLICAÇÃO DO RECURSO MUNICIPAL

Previsão das Despesas para a Execução do Serviço - Pessoal e Encargos

TABELA 1 – SEM DISSÍDIO

ATIVIDADE	CARGO/FUNÇÃO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALORES DE SALÁRIOS E ENCARGOS MENSAIS					VALOR DE SALÁRIO E ENCARGOS DO SERVIÇO NO PERÍODO DE JANEIRO A FEVEREIRO							
				SALÁRIO MENSAL	QTD	SALÁRIO TOTAL MENSAL	FGTS/ MENSAL	INSS PATR. MENSAL	PIS/ MENSAL	CUSTO TOTAL MENSAL (SALÁRIO + ENCARGOS)	Qtd de meses	Salário total do Serviço	FGTS TOTAL	INSS PATR. TOTAL	PIS TOTAL	CUSTO PERÍODO TOTAL
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOULHIMENTO INSTITUCIONAL.	CUIDADORA	CLT	175	R\$ 1.245,00	1	R\$ 1.245,00	R\$ 99,60	R\$ -	R\$ 12,45	R\$ 1.357,05	2	R\$ 2.490,00	R\$ 199,20	R\$ -	R\$ 24,90	R\$ 2.714,10
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOULHIMENTO INSTITUCIONAL.	CUIDADORA	CLT	175	R\$ 1.245,00	1	R\$ 1.245,00	R\$ 99,60	R\$ -	R\$ 12,45	R\$ 1.357,05	2	R\$ 2.490,00	R\$ 199,20	R\$ -	R\$ 24,90	R\$ 2.714,10
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOULHIMENTO INSTITUCIONAL.	ASSISTENTE SOCIAL	CLT	150	R\$ 1.640,21	1	R\$ 1.640,21	R\$ 131,22	R\$ -	R\$ 16,40	R\$ 1.787,83	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
COZINHEIRA	COZINHEIRA	CLT	200	R\$ 1.245,00	1	R\$ 1.245,00	R\$ 99,60	R\$ -	R\$ 12,45	R\$ 1.357,05	2	R\$ 2.490,00	R\$ 199,20	R\$ -	R\$ 24,90	R\$ 2.714,10
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	CLT	200	R\$ 1.444,60	1	R\$ 1.444,60	R\$ 115,57	R\$ -	R\$ 14,45	R\$ 1.574,61	2	R\$ 2.889,20	R\$ 231,14	R\$ -	R\$ 28,89	R\$ 3.149,23
TOTAL				R\$ 6.819,81	5	R\$ 6.819,81	R\$ 545,58	R\$ -	R\$ 68,20	R\$ 7.433,59	8	R\$ 10.359,20	R\$ 828,74	R\$ -	R\$ 103,59	R\$ 11.291,53

Handwritten signature or initials in blue ink.

TABELA 2 - COM DISSÍDIO

VALORES DE SALÁRIOS E ENCARGOS MENSIS COM DISSÍDIO DE MARÇO A DEZEMBRO										VALOR DE SALÁRIO E ENCARGOS DO SERVIÇO NO PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO COM PREVISÃO DE DISSÍDIO DE 2%						
ATIVIDADE	CARGO/FUNÇÃO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MENSAL	QTD	SALÁRIO TOTAL MENSAL	FGTS/ MENSAL	INSS PATR. MENSAL	PIS/ MENSAL	CUSTO TOTAL MENSAL (SALÁRIO + ENCARGOS)	Qtd de meses	Salário total do Serviço	FGTS TOTAL	INSS PATR. TOTAL	PIS TOTAL	CUSTO PERÍODO TOTAL
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.	CUIDADORA	CLT	175	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 101,60	R\$ -	R\$ 12,70	R\$ 1.384,30	10	R\$ 12.700,00	R\$ 1.016,00	R\$ -	R\$ 127,00	R\$ 13.843,00
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.	CUIDADORA	CLT	175	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 101,60	R\$ -	R\$ 12,70	R\$ 1.384,30	10	R\$ 12.700,00	R\$ 1.016,00	R\$ -	R\$ 127,00	R\$ 13.843,00
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.	ASSISTENTE SOCIAL	CLT	150	R\$ 1.673,01	1	R\$ 1.673,01	R\$ 133,84	R\$ -	R\$ 16,73	R\$ 1.823,58	8	R\$ 13.384,08	R\$ 1.070,73	R\$ -	R\$ 133,84	R\$ 14.588,65
COZINHEIRA	COZINHEIRA	CLT	200	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 101,60	R\$ -	R\$ 12,70	R\$ 1.384,30	10	R\$ 12.700,00	R\$ 1.016,00	R\$ -	R\$ 127,00	R\$ 13.843,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	CLT	200	R\$ 1.461,50	1	R\$ 1.461,50	R\$ 116,92	R\$ -	R\$ 14,62	R\$ 1.593,04	3	R\$ 4.384,50	R\$ 350,76	R\$ -	R\$ 43,85	R\$ 4.779,11
				TOTAL	5	R\$ 6.944,51	R\$ 555,56	R\$ -	R\$ 69,45	R\$ 7.569,52	41	R\$ 55.868,58	R\$ 4.469,49	R\$ -	R\$ 558,69	R\$ 60.896,75

TABELA 3 -- PROVISÃO DE FÉRIAS/ 13º SALÁRIO / OUTROS

PROVISÕES (13º Salário /Férias /Outros)											
ATIVIDADE	CARGO/FUNÇÃO	SALÁRIO MENSAL	QTD	SALÁRIO TOTAL MENSAL	HORAS EXTRAS	PROVISÃO 13º SALÁRIO	PROVISÃO 1/3 DE FÉRIAS	FGTS SOBRE AS PROVISÕES	INSS SOBRE AS PROVISÕES	PIS MENSAL	CUSTO TOTAL
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.	CUIDADORA	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 969,00	R\$ 2.239,00	R\$ 746,33	R\$ 1.169,07	R\$ -	R\$ 146,13	R\$ 15.928,53
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.	CUIDADORA	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ 1.045,00	R\$ 2.315,00	R\$ 771,67	R\$ 1.250,13	R\$ -	R\$ 156,27	R\$ 17.033,07
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.	ASSISTENTE SOCIAL	1673,01	1	R\$ 1.673,01	R\$ -	R\$ 1.673,01	R\$ 557,67	R\$ 178,45	R\$ -	R\$ 22,31	R\$ 2.431,44
COZINHEIRA	COZINHEIRA	R\$ 1.270,00	1	R\$ 1.270,00	R\$ -	R\$ 1.270,00	R\$ 423,33	R\$ 135,47	R\$ -	R\$ 16,93	R\$ 1.845,73
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 1.461,50	1	R\$ 1.461,50	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,00
TOTAL				R\$ 2.014,00	R\$ 7.497,01	R\$ 2.499,00	R\$ 2.733,12	R\$ -	R\$ 341,64	R\$ 37.238,77	

TOTAIS RECURSOS HUMANOS PARA APLICAÇÃO NO TERMO DE COLABORAÇÃO	R\$ 109.427,05
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	R\$ 60.798,35
VALOR DA PARCERIA	R\$ 170.225,40

Observação: Considerando situações adversas que poderão ocorrer durante a execução do Serviço de Acolhimento Institucional, a Entidade se responsabiliza em informar e solicitar autorização dos órgãos competentes, para toda e qualquer alteração referente ao Plano de Ação e de Aplicação em questão, o que pode ser exemplificado pela definição do Reajuste Salarial (Dissídio), entre outras ocorrências.

Jaboticabal, 05 de novembro de 2018



Celso Aparecido Cassiano
Presidente



APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Registros: CDC nº2843/73 – CNAS 0220.816/74 - Filhada à Federação Nacional das APAEs – 125/73
De Utilidade Pública. Municipal – Lei 1058/73 – Estadual 2420/80
Decreto. de Utilidade Pública Federal nº 93.333 – 03/10/86
Rua Professora: Ana Ramos de Carvalho nº 691 – Nova Jaboticabal – Jaboticabal/SP
Fones: (0xx)16-3209-7777 e Cel. (0xx) 16-9706-7882
CNPJ:45.337.185/0001-62
E-mail: apaejal@terra.com.br / Site: www.apaejaboticabal.org.br



DEMAIS DESPESAS DE CUSTEIO - RECURSO MUNICIPAL

MATERIAL DE CONSUMO					
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	QUANT	VALOR TOTAL
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.	ALIMENTAÇÃO				R\$ 34.898,35
	LIMPEZA/HIGIÊNE/DESCARTAVEL				R\$ 8.500,00
	CAMA/MESA/BANHO				R\$ 1.200,00
	MATERIAL OFICINEIRO/EXPEDIENTE				R\$ 1.300,00
	GAS				R\$ 1.300,00
	UTENSÍLIOS				R\$ 800,00
	MATERIAL MANUTENÇÃO				R\$ 1.000,00
	COMBUSTÍVEL/LUBRIFICANTE				R\$ 3.000,00
TOTAL					R\$ 51.998,35

SERVIÇO DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA					
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	QUANT	VALOR TOTAL
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.	ENERGIA ELÉTRICA/ ÁGUA/TELEFONE				R\$ 8.200,00
	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO				R\$ 600,00
TOTAL					R\$ 8.800,00

MATERIAL PERMANENTE					
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	QUANT	VALOR TOTAL

Jaboticabal, 05 de novembro de 2018.


Celso Aparecido Cassiano
Presidente



APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Registros: CDC nº2843/73 – CNAS 0220.816/74 - Filiação à Federação Nacional das APAEs – 125/73
De Utilidade Pública. Municipal – Lei 1058/73 – Estadual 2420/80
Decreto. de Utilidade Pública Federal nº 93.333 – 03/10/86
Rua Professora: Ana Ramos de Carvalho nº 691 – Nova Jaboticabal – Jaboticabal/SP
Fones: (0xx)16-3209-7777 e Cel. (0xx) 16-9706-7882
CNPJ:45.337.185/0001-62
E-mail: apaejal@terra.com.br / Site: www.apaejaboticabal.org.br



DESPESAS COM BEM IMÓVEL - CONTRAPARTIDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL
(ESPECIFICAÇÃO DE DESPESA NÃO LIQUIDADADA PELOS RECURSOS REPASSADOS)

BEM IMÓVEL					
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	QUANT	VALOR TOTAL
DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, DE MODO INTERDISCIPLINAR, PERTINENTES AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	1	R\$ 1.826,84	12	R\$ 21.922,08
TOTAL					R\$ 21.922,08

Jaboticabal, 05 de novembro de 2018.


Celso Aparecido Cassiano
Presidente



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 09/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaboticabal, através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, neste ato representado pelo Sra. Secretária Tatiana Parreira Lemos Pellegrini, ora denominada PMJ e a entidade **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE**, CNPJ nº 45.337.185/0001-62, situada à Rua Prof. Ana Ramos de Carvalho, 691 - Nova Jaboticabal, em Jaboticabal - SP, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor **Celso Aparecido Cassiano**, portador do RG nº 8.144.500-3 SSP/SP e do CPF Nº 833.672.688-87, denominada simplesmente **PROPONENTE**, com fundamento no artigo 2º, inciso VII (colaboração) da Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 6.707/2017, em face do despacho exarado às fls. 103 do processo administrativo nº 15270-6/2018,, celebram a presente parceria, nos termos e cláusulas que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Através do presente, a PMJ e a **PROPONENTE**, registram interesse para o desenvolvimento do projeto, visando à execução do Serviço de Proteção Social Especial de Acolhimento Institucional para pessoas com Deficiência para ambos os sexos, na modalidade Residência Inclusiva, conforme regulamentação preconizada na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

1.2. A **PROPONENTE** desenvolverá o projeto, constando o Quadro Mínimo de Atividades e Serviços, Equipe Técnica – Estrutura Mínima e Especificações, constante do processo administrativo nº 15270-6/2018, que são partes integrantes do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) LOCAL(AIS)

2.1. O projeto será realizado no imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de Jaboticabal, situado à Rua Treze de Maio, 442 - Centro – Jaboticabal – SP

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS.

3.1. A presente parceria importa no repasse, pela PMJ, do valor total anual de R\$ 350.225,40 (trezentos e cinquenta mil, duzentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos), sendo R\$



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

120.000,00 (cento e vinte mil reais) pagos com Recurso Federal, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) pagos com Recurso Estadual, R\$ 170.225,40 (cento e setenta mil, duzentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos) pagos com Recurso Municipal

- 3.2. O pagamento será realizado conforme Programação Orçamentária e repasse do recurso Estadual e Federal pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Ministério de Desenvolvimento Social.
- 3.3. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica em instituição financeira pública nos moldes previstos no artigo 51 da Lei nº 13.019/14.
 - 3.3.1. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
 - 3.3.2. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.
- 3.4. É vedada a utilização dos recursos repassados pela PMJ em finalidade diversa da estabelecida no(a) projeto/atividade a que se refere este instrumento, bem como no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período acordado para a execução do objeto desta parceria.
- 3.5. Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
 - 3.5.1. Excepcionalmente, poderão ser feitos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária.
- 3.6. É permitida a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.
- 3.7. Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, observadas as disposições do artigo 46 da Lei Federal nº 13.019/14.
 - 3.7.1. Fica vedada à Administração Pública Municipal a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

- 3.8. Quando for o caso de rateio, a memória de cálculo dos custos indiretos, previstos no plano de trabalho, deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento quantitativo da divisão que compõe o custo global, especificando a fonte de custeio de cada fração, com a identificação do número e o órgão da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.
- 3.8.1. Os custos indiretos podem incluir, dentre outros, despesas de internet, transporte, aluguel e telefone, bem como remunerações de serviços contábeis, de assessoria jurídica e serviços administrativos.
- 3.8.2. Nas hipóteses em que essas despesas caracterizarem-se como despesas diretamente atribuídas ao objeto da parceria, tais despesas serão consideradas custos diretos.
- 3.8.3. Incluem-se como custos diretos, os custos de locação do imóvel onde funcionarão serviços públicos de natureza contínua viabilizados por parcerias, como os de educação, saúde e assistência social.
- 3.9. O atraso na disponibilidade dos recursos da parceria autoriza a compensação de despesas despendidas e devidamente comprovadas pela entidade, no cumprimento das obrigações assumidas por meio do plano de trabalho, com os valores dos recursos públicos repassados assim que disponibilizados.
- 3.10. Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos constantes do plano de trabalho, de acordo com os critérios e prazos a serem definidos por cada órgão ou entidade municipal, desde que não altere o valor total da parceria.
- 3.10.1. A organização da sociedade civil poderá solicitar a inclusão de novos itens orçamentários desde que não altere o orçamento total aprovado.
- 3.11. Os recursos da parceria geridos pelas organizações da sociedade civil não caracterizam receita própria, mantendo a natureza de verbas públicas.
- 3.11.1 Não é cabível a exigência de emissão de nota fiscal de prestação de serviços tendo a Municipalidade como tomadora nas parcerias celebradas com organizações da sociedade civil.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 4.1. A prestação de contas deverá conter adequada descrição das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

- 4.1.1. Os dados financeiros são analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes, bem como a conciliação das despesas com a movimentação bancária demonstrada no extrato.
- 4.1.2. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
- 4.2. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram terão publicidade no site oficial do Município.
- 4.3. As organizações da sociedade civil deverão alimentar o sistema "Siconvinho", mensalmente, disponibilizado pela PMJ acrescidos dos seguintes documentos para fins de prestações de contas parcial e final
- a) relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir o cronograma acordado;
 - b) na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, relatório de execução financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas, assim como notas e comprovantes fiscais, incluindo recibos, emitidos em nome da organização da sociedade civil;
 - c) extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria;
 - d) comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver, no caso de prestação de contas final;
 - e) material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;
 - f) relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
 - g) lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;
 - h) a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
- 4.3.1. A memória de cálculo de que trata a alínea "h" do item 4.3 retro deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria,



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

- 4.3.2. Em caso de descumprimento parcial de metas ou resultados fixados no plano de trabalho, poderá ser apresentado relatório de execução financeira parcial concernente a referidas metas ou resultados, desde que existam condições de segregar referidos itens de despesa.
- 4.4. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será a organização da sociedade civil notificada para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 dias, prorrogável por igual período.
 - 4.4.1. Transcorrido o prazo, não havendo saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento.
- 4.5. Cabe à Administração pública analisar cada prestação de contas apresentada, para fins de avaliação do cumprimento das metas do objeto vinculado às parcelas liberadas, no prazo de 30 dias.
 - 4.5.1. A análise da prestação de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes.
- 4.6. A análise da prestação de contas final constitui-se das seguintes etapas:
 - 4.6.1. Análise de execução do objeto: quanto ao cumprimento do objeto e atingimento dos resultados pactuados no plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado;
 - 4.6.2. Análise financeira: verificação da conformidade entre o total de recursos repassados, inclusive rendimentos financeiros, e os valores máximos das categorias ou metas orçamentárias, executados pela organização da sociedade civil, de acordo com o plano de trabalho aprovado e seus eventuais aditamentos, bem como conciliação das despesas com extrato bancário de apresentação obrigatória.
 - 4.6.2.1. Nos casos em que a organização da sociedade civil houver comprovado atendimento dos valores aprovados, bem como efetiva conciliação das despesas efetuadas com a movimentação bancária demonstrada no extrato, a prestação de contas será considerada aprovada, sem a necessidade de verificação, pelo gestor público, dos recibos, documentos contábeis e relativos a pagamentos e outros relacionados às compras e contratações.
- 4.7. A análise da prestação de contas final levará em conta os documentos do item 4.3. e os pareceres e relatórios dos itens 4.5 e 8.3 do presente Termo.



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

- 4.8. Havendo indícios de irregularidade durante a análise da execução do objeto da parceria, o gestor público poderá, mediante justificativa, rever o ato de aprovação e proceder à análise integral dos documentos fiscais da prestação de contas.
- 4.9. A organização da sociedade civil está obrigada a prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos mensalmente e, em caráter final, ao término de sua vigência.
- 4.9.1. O prazo poderá ser prorrogado por até 30 dias, a critério do titular do órgão, ou ente da Administração parceiro, ou daquele a quem tiver sido delegada a competência, desde que devidamente justificado.
- 4.9.2. Na hipótese de devolução de recursos, a guia de recolhimento deverá ser apresentada juntamente com a prestação de contas.
- 4.9.3. Após a prestação de contas final, sendo apuradas pela Administração irregularidades financeiras, o valor respectivo deverá ser restituído ao Tesouro Municipal ou ao Fundo Municipal competente, no prazo improrrogável de 30 dias.
- 4.10. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública deverá observar os termos do artigo 8º do Decreto Municipal n] 6.707/2017 e dispor sobre:
- a) aprovação da prestação de contas;
 - b) aprovação da prestação de contas com ressalvas, mesmo que cumpridos o objeto e as metas da parceria, estiver evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; ou
 - c) rejeição da prestação de contas, quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho, desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos e dano ao erário, com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.
- 4.10.1. São consideradas falhas formais, para fins de aprovação da prestação de contas com ressalvas, sem prejuízo de outras:
- a) nos casos em que o plano de trabalho preveja que as despesas deverão ocorrer conforme os valores definidos para cada elemento de despesa, a extrapolação, sem prévia autorização, dos valores aprovados para cada despesa, respeitado o valor global da parceria.
 - b) a inadequação ou a imperfeição a respeito de exigência, forma ou procedimento a ser adotado desde que o objetivo ou resultado final pretendido pela execução da parceria seja alcançado.
- 4.11. As contas serão rejeitadas quando:



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

- a) houver emissão no dever de prestar contas;
 - b) houver descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
 - c) ocorrer dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
 - d) houver desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;
 - e) não for executado o objeto da parceria;
 - f) os recursos forem aplicados em finalidades diversas das previstas na parceria.
- 4.12. A administração Pública apreciará a prestação final de contas apresentada, nos prazos estabelecidos no artigo 8º do Decreto nº 6.607/2017.
- 4.12.1. O transcurso dos prazos regulamentares estabelecidos sem que as contas tenham sido apreciadas não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.
- 4.12.2. nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido no item 4.12. e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
- 4.13. Caberá um único recurso à autoridade competente da decisão que rejeitar as contas prestadas, a ser interposto no prazo de 05 dias úteis a contar da publicação da decisão.
- 4.13.1. Exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito neste termo e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
- 4.13.2. A rejeição da prestação de contas, quando definitiva, deverá ser disponibilizada no site oficial do Município, de acesso público, cabendo à autoridade administrativa, sob pena de responsabilidade solidária, adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento.
- 4.13.2.1. O dano ao erário será previamente delimitado para embasar a rejeição das contas prestadas.
- 4.13.2.2. Os valores apurados serão acrescidos de correção monetária e juros.



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

4.13.2.3. O débito decorrente da ausência ou rejeição da prestação de contas, quando definitiva, será constituído como crédito não-tributário municipal.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO

5.1.A execução do objeto da presente parceria se dará conforme o estabelecido no Plano de Trabalho, constante do processo administrativo.

5.2 As aquisições e contratações realizadas com recursos da parceria deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, bem como deverá a PROPONENTE certificar-se e responsabilizar-se pela regularidade jurídica e fiscal das contratadas.

5.2.1. Para a aquisição de bens e contratação de serviços, será exigida pesquisa ao mercado **prévia à contratação**, que deverá conter, no mínimo, orçamentos de três fornecedores.

5.2.2. Os bens permanentes adquiridos com recursos públicos deverão ser incorporados ao patrimônio público ao término da parceria ou no caso de extinção da organização da sociedade civil parceira.

5.2.3. Os bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria, serão mantidos na titularidade do órgão ou entidade pública municipal quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado para celebração de novo termo com outra organização da sociedade civil após a consecução do objeto, ou para execução direta do objeto pela administração pública municipal, devendo os bens remanescentes estar disponíveis para retirada pela administração após a apresentação final de contas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE

6.1. A PROPONENTE, em atendimento a presente parceria se obriga a:

- a) executar satisfatória e regularmente o objeto deste ajuste;
- b) responder perante a PM JABOTICABAL/SMADS pela fiel e integral realização dos serviços contratados com terceiros, na forma da legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e tributária, decorrentes da execução do objeto desta parceria, bem como por todos os ônus ordinários ou extraordinários eventualmente incidentes;
- d) facilitar a supervisão e fiscalização da PM JABOTICABAL/SMADS, permitindo-lhe efetuar o acompanhamento "in loco" e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento, bem como apresentar relatório de atividades, contendo o desenvolvimento do cronograma do projeto;



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

- e) elaborar a prestação de contas a PM JABOTICABAL/SMADS, nos termos do Decreto Municipal nº 6.707/2017 e da Lei Federal nº 13.019/2014;
divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, as parcerias celebradas com o poder público, contendo as informações dispostas no Decreto Municipal Nº 6.707/2017;
- j) Acompanhar todas as publicações relativas ao presente Termo no site oficial do Município e/ou no Jornal Oficial do Município, inclusive para efeito de intimação de atos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PM JABOTICABAL/SMADS,

7.1. A PM JABOTICABAL/SMADS, em atendimento a presente parceria se obriga a:

- a) manter o empenho para os recursos necessários ao desenvolvimento deste ajuste;
- b) repassar à **PROPONENTE** os recursos decorrentes do presente;
- c) fornecer dados, relatórios e demais informações necessárias à execução da parceria;
- d) decidir e indicar soluções aos assuntos que lhe forem submetidos.
- e) manter, em sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 dias após o respectivo encerramento.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO

- 8.1. Compete à comissão de avaliação e monitoramento o aprimoramento dos procedimentos, unificação dos entendimentos, a solução de controvérsias, a padronização de objetos, custos e indicadores, fomento do controle de resultados e avaliação dos relatórios técnicos de monitoramento.
- 8.2. Será efetuada visita *in loco* para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto.
- 8.3. A administração Pública deverá emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação.
- 8.4. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, independente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.
 - 8.4.1. O grau de satisfação do público-alvo será levado em consideração tendo em vista o processo de escuta ao cidadão usuário acerca do padrão de qualidade do atendimento objeto da parceria, nos moldes pré-definidos pelas áreas responsáveis às políticas sociais.
- 8.5. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria deverá conter:
 - a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

- b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;
 - d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste termo;
 - e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
- 8.6. No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados conforme legislação específica de cada fundo, inclusive no que toca às atribuições dos respectivos conselhos gestores, observando-se, no que couber, os parâmetros estabelecidos no Decreto Municipal nº 6.707/2017.
- 8.7. Da decisão da comissão de monitoramento e avaliação caberá a interposição de um único recurso, no prazo de 5 dias úteis, contado da intimação da decisão.
- 8.7.1. A comissão de monitoramento e avaliação poderá reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso, devidamente informado, à autoridade competente para decidir.

CLÁUSULA NONA - DO GESTOR

- 9.1. A gestão da parceria será exercida por intermédio do servidor LÁSSILA ROBERTA DE ALMEIDA, a quem competirá:
- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
 - b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
 - c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 7º do Decreto Municipal nº6.707/2017.
 - d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

- e) atestar a regularidade financeira e de execução do objeto da prestação de contas.
- 9.1.1. No caso de parcela única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.
- 9.2. O gestor da parceria deverá dar ciência:
- aos resultados das análises de cada prestação de contas apresentada.
 - aos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, independentemente de sua homologação pela comissão de monitoramento e avaliação.
- 9.3. Os pareceres técnicos conclusivos deverão, obrigatoriamente, mencionar:
- os resultados já alcançados e seus benefícios;
 - os impactos econômicos ou sociais;
 - o grau de satisfação do público-alvo, considerado o processo de escuta ao cidadão usuário acerca do padrão de qualidade do atendimento do objeto da parceria, nos moldes do plano de trabalho;
 - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DA PARCERIA

- 10.1. O prazo de execução e de vigência desta Parceria corresponderá período de 12 (doze) meses a partir da celebração do termo, mas apenas após final aprovação da prestação de contas estará a PROPONENTE desobrigada das cláusulas do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

- 11.1. A critério da Administração, admite-se a alteração da parceria, devendo a proposta ser acompanhada de revisão do plano de trabalho, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria.
- 11.1.1. Poderá haver redução ou majoração dos valores inicialmente pactuados para redução ou ampliação de metas ou capacidade do serviço, ou para qualificação do objeto da parceria, desde que devidamente justificados.
- 11.1.2. Faculta-se aos órgãos e entidades municipais o repasse de eventual verba adicional, não prevista no valor total da parceria, para a melhor execução de seu objeto e aperfeiçoamento dos serviços, nos moldes definidos pelo parceiro público em portaria específica, desde que observada a disponibilidade financeiro-orçamentária.
- 11.2. Para aprovação da alteração, os setores técnicos competentes devem se manifestar acerca de:



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

- a) interesse público na alteração proposta;
- b) a capacidade técnica-operacional da organização da sociedade civil para cumprir a proposta;
- c) a existência de dotação orçamentária para execução da proposta.

11.2.1. Após a manifestação dos setores técnicos a proposta de alteração poderá ser encaminhada para a análise jurídica, observado o fluxo processual de cada órgão ou Pasta, previamente à deliberação da autoridade competente.

11.3. Para prorrogação de vigência das parcerias celebradas é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

11.4. Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

11.5. Constitui motivo para rescisão da parceria o inadimplemento injustificado das cláusulas pactuadas, e também quando constatada:

- a) a utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;
- b) a falta de apresentação das prestações de contas;

11.6. Em caso de denúncia unilateral não enquadrada nas hipóteses do item anterior, deverá a parte comunicar à outra com antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas legais, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as sanções estabelecidas no artigo 73 da Lei nº 13.019/2014.

12.2 O procedimento de apuração e aplicação das sanções observará o disposto pelo artigo 9º do Decreto nº 6.707/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. No ato da assinatura deste instrumento devem ser apresentados todos os documentos de habilitação exigidos pelo Decreto Municipal 6.707/2017.



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

- 13.2. A PM JABOTICABAL/SMADS, não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela PROPONENTE, com terceiros, ainda que vinculados à execução desta parceria, nem por danos que venham a serem causados em decorrência de atos dos seus propositos ou associados;
- 13.3 A PM JABOTICABAL/SMADS, não se responsabiliza por quaisquer danos, prejuízos causados, ônus, direitos ou obrigações decorrentes da legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, nem aqueles derivados da execução da presente parceria, ainda com seus empregados, prepostos ou subordinados, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à PROPONENTE.
- 13.4. O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.
- 13.5. Os agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas têm livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este termo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.
- 13.6. A administração poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a sua descontinuidade.
- 13.7. As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 6707/2017, bem como pela aplicação da analogia, dos costumes e dos princípios, observando-se o Princípio da Instrumentalidade das Formas.
- 13.8. Constará como anexo do termo de colaboração o plano de trabalho, que dele será parte integrante e indissociável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

- 14.1. Fica eleito o foro do Município de Jaboticabal para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente ajuste.



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

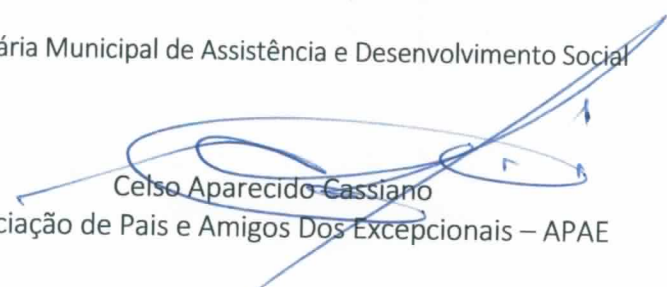
E, por estarem assim justas e contratadas, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme vai assinado e rubricado em 3 vias de igual teor, pelas partes e duas testemunhas abaixo identificadas.

Jaboticabal, 20 de dezembro de 2018.



José Carlos Hori
Prefeito Municipal


Tatiana Parreira Lemos Pellegrini

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social


Celso Aparecido Cassiano
Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais – APAE

TESTEMUNHAS:

1) Rosaura Aumentano
RG nº 11519634 CPF nº 099578218-06
Assinatura: 

2) Laisla Roberto de Almeida
RG nº 42.461.898-9 CPF nº 337.305.688-84
Assinatura: 